



Requerimento nº 004/2022.1

Requer cópias autenticadas de atos administrativos ao Governo do Estado do RN.

Senhor Presidente,

Os vereadores que este subscrevem, mui respeitosamente vêm **requerer**, depois de ouvido o Plenário, o envio de ofício a **Chefe do Poder Executivo Estadual** solicitando que se remeta à Câmara de Vereadores de Ouro Branco os seguintes documentos e informações:

I – fotocópia das publicações oficiais dos seguintes atos normativos:

a) cópia do Decreto Estadual nº 11, de 11 de outubro de 1934, que cria o Distrito de Ouro Branco;

b) cópia do Decreto-lei Estadual nº 268, de 31 de dezembro de 1943, que denomina Manairama o distrito de agora Ouro Branco;

c) cópia da Lei Estadual nº 146, de 23 de dezembro de 1948, que denomina de Ouro Branco o outrora distrito Manairama;

d) cópia da Lei Estadual nº 907, de 21 de novembro de 1953, que emancipa a cidade de Ouro Branco;

II – que as fotocópias sejam encaminhadas registradas sob qualquer método de autenticidade disposto na Lei nº 6.015/1973, ou método equivalente no âmbito da Administração Pública estadual;

III – que as fotocópias sejam encaminhadas na forma solicitada em II, em duas vias, sendo uma remetida à Câmara de Vereadores de Ouro Branco e outra à Prefeitura Municipal de Ouro Branco, para fins de arquivamento, nas suas respectivas sedes.

Em caso de não fornecimento de qualquer dos itens acima elencados, oferecer, no prazo legal, explicação e motivos do não cumprimento do requerimento.

JUSTIFICATIVA

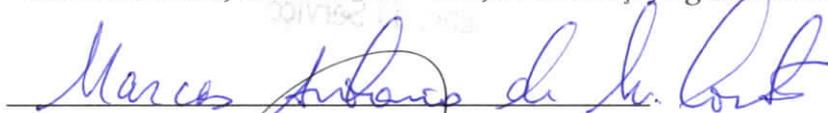
A Câmara de Vereadores está em processo de consolidação, no texto da Lei Orgânica, das datas oficiais da história do Município de Ouro Branco. Algumas dessas datas são definidas por documentos oficiais do próprio Estado, através de leis e decretos antigos. Tais leis já não estão mais disponíveis no diário oficial, mas constam nos arquivos públicos do Estado do Rio Grande do Norte. O requerimento vai endereçado à Governadora do Estado, que tem competência para encaminhar a solicitação para o órgão responsável pela guarda dos atos administrativos do Estado.

Em busca nos arquivos públicos do Município, não foi possível localizar as cópias oficiais das leis e decretos acima citados, justificando o motivo para a solicitação diretamente aos órgãos que produziram tais atos administrativos. O clamor pelo envio dos documentos autenticados, nos termos da lei, se deve para atestar, de maneira inequívoca, o teor dos atos administrativos solicitados.

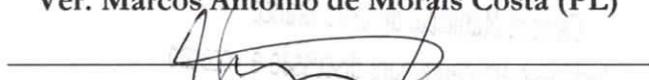
PROCESO GERAL 24/2022
Data: 04/09/2022 Horário: 09:40
Ledo: 784-23

A necessidade de o município guardar tais atos é para fins de documentação histórica de nosso povo, como meio de suporte cultural para nossa população, bem como a futura utilização nos arquivos e museus públicos municipais.

Sala das Sessões, Ouro Branco – RN, 14 de março, legislatura 2022.1.



Ver. Marcos Antonio de Moraes Costa (PL)


Ver. Francisco Lucena de Araújo Filho (PSDB)

Josué Josedec de Moura

CPF: 064.190.784-23

Josué Josedec de Moura (PL)



Lucas Batista Fonseca de Lucena (PSDB)



RECEBIMENTO

Aos, 14 de 03 de 2022
me foram entregue o presente

Requerimento nº 004/2022

R. Silva

Enc. do Serviço

Câmara Municipal de Ouro Branco - RN

Inclua-se em pauta para discussão e votação

Sessão do dia 14 de 03 de 2022

Ouro Branco-RN 14 de 03 de 2022

Raulo dos Santos da Silva

Presidente

APROVADO em única discussão

por 07 votos

Sala das sessões em 14/03/2022

Josef José de Moura

CPF: 064.190.784-23

1º Secretário